

## Notas sobre a noção de desenvolvimento territorial e sustentabilidade e o lugar da multifuncionalidade da agricultura.

Maria José Carneiro<sup>1</sup>

Estarei apresentando aqui algumas reflexões sobre a apropriação recente da noção de *território* (no contexto do debate sobre *desenvolvimento territorial*) estimulada pelas mudanças de orientação observadas no âmbito da política pública voltada para o meio rural no Brasil nos últimos cinco anos. Não tenho a pretensão de contribuir com respostas porque a complexidade dessa questão está muito acima de minha capacidade de compreensão e explicação. A intenção é questionar algumas certezas no sentido de provocar o debate e, quem sabe, deixar alguma contribuição.

Minha apresentação estará organizada em três partes. Na primeira tento dialogar com alguns autores sobre a complicada noção de território quando esta foi deslocada de seu meio original – a geografia – e trazida para outros campos mais conturbados como os das ciências sociais, aproximando-a da noção de ruralidade. A segunda parte tratará de algumas questões que me foram propostas por pesquisas de campo quando me sustentarei em dois exemplos para ilustrar alguns pontos do debate sobre desenvolvimento territorial (ou local) e a relação entre agricultura e sustentabilidade. Finalmente, expressarei minha visão sobre como a noção da multifuncionalidade da agricultura pode trazer algumas chaves de compreensão da inserção e contribuição da pequena agricultura familiar nas sociedades em que se insere.

### Ruralidade, Território e Localidade

Um dos aspectos positivos, a meu ver, da noção de “desenvolvimento territorial” é que ela rompe, ou permite romper, com a inoperante dualidade entre o rural e o urbano que tem se demonstrado limitada e insuficiente para dar conta da realidade das sociedades contemporâneas. Pensar em termos “territoriais”, nesse sentido facilita bastante o nosso trabalho, e imagino que também daqueles que estão envolvidos com os projetos de intervenção, ao nos poupar da angustiante e irrealizável tarefa de traçar as fronteiras entre o rural e o urbano. Não é necessário nos alongar muito sobre o ponto de que um dos principais ganhos é justamente romper com a associação simplista e já ultrapassada (felizmente, espero) entre rural e agrícola. Logo, falar em desenvolvimento territorial implica ampliar o universo de observação e ação para além de um rural imaginário e jamais alcançado. O *bias* dessa dualidade que a associa ao rural e ao agrícola persiste, no entanto, na administração pública brasileira – a Secretaria de Desenvolvimento Territorial faz parte do Ministério de Desenvolvimento Agrícola. Ao optarmos pela noção de território nossa lente de observação fica mais nítida permitindo enxergar atores sociais que, mesmo estando presentes em espaços tidos como rurais, não eram vistos ou não eram incorporados aos projetos de desenvolvimento porque não eram identificados à imagem do rural que se tem em mente.

Se, então, rejeitarmos as infundáveis dicotomias que terminavam por definir um lado em função da negação do outro, ou seja, que levam a olhar o campo (ou agricultura e do atraso) através dos olhos da cidade (da indústria e da civilização), teremos condições de identificarmos dinâmicas territoriais que podem estimular (ou não) identidades apoiadas no sentimento de pertencimento a uma localidade. Podemos dizer que essa âncora territorial é a base sobre a qual diferentes culturas locais elaboram, de uma maneira bem própria, a interação entre as representações do “rural” e do “urbano”<sup>2</sup>. O desafio que essa abordagem nos leva é o de perceber como tais culturas definem seus

---

<sup>1</sup> Antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ); bolsista do CNPq.

<sup>2</sup> Jean Rémy desenvolve o argumento de que a noção de localidade seria mais interessante do que a de rural justamente porque cobre uma diversidade de entidades (burgos, aldeias, cidades), servindo de ponto de apoio à análise do jogo de similitudes e diferenças num contexto de crise do mito fundador da ruptura e dualismo entre cidade e campo (Rémy,

territórios e como re-elaboram os bens materiais e imateriais adquiridos da intensificação da interação entre universos culturais distintos (do campo e da cidade).

O antropólogo Marshall Sahlins (1997) chama a atenção para a o erro de se pensar o processo de colonização ou a migração para a cidade como um fator de homogeneização e de descaracterização das culturas locais rurais. Com base em estudos etnográficos da década de 70, ele observa que a expansão da sociedade industrial e a adaptação à cidade não significa uma opção por esse modo de vida nem o desaparecimento da vida nas aldeias rurais. A referência sempre presente à terra natal como fonte de valores e de identidades herdadas conforma as ações e atitudes de quem vive “fora”, “em contextos urbanos e/ou estrangeiros”.

Essa observação vem reforçar o argumento de que as categorias “rural” e “urbano” não designariam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais e formas de apropriação próprias dos recursos materiais (e naturais) e simbólicos. Assim, chegamos à desnaturalização das referências empíricas que sustentam essa dualidade, tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos. O rural, como mostrou De Paula (2001), pode ser, em alguns contextos, expressão da “tradição”, da “autenticidade” das relações interpessoais, do “simples”, do “atraso”, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos como é o caso das manifestações da chamada “cultura country” e, acrescentaria, como seria também o caso da apropriação idílica da “natureza” e do espaço “rural” feita pelas camadas médias urbanas.

Antes de prosseguirmos gostaria de fazer um parêntese para lembrar que esse debate exige que reconheçamos a diferença entre os status das noções ou categorias em jogo. É importante que identifiquemos quando elas estão sendo usadas como instrumento de análise (categorias analíticas) e quando se colocam como instrumentos de intervenção através das políticas públicas, por exemplo. Nesse último caso, essas categorias poderiam ser chamadas de “operacionais”, com conteúdos distintos do contexto anterior. Feita essa ressalva, acrescento que estarei aqui lidando mais com a dimensão conceitual-analítica dessas palavras.

Voltando à noção de território, entendemos que ela resgata a idéia de localidade como dimensão espacial para observar as dinâmicas e construções sociais territoriais. No entanto, há de se levar em conta a crítica quanto à operacionalidade da noção de território no âmbito das políticas públicas. Como vários especialistas já chamaram a atenção<sup>3</sup>, o recurso a essa noção supõe, na maioria das vezes, uma visão integradora, e talvez excessivamente harmoniosa, não levando em conta as disputa de interesses entre os atores sociais e a possível manipulação dos argumentos (e imagens) com os quais são construídas as identidades territoriais (Raffestin, 1986 e Haesbaert, 2004).

É possível, portanto, entender o território também como uma imagem, uma construção social simbólica, que é alimentada e alimenta uma rede de relações sociais não restrita a uma espacialidade contínua e delimitada fisicamente. Uma localidade político-administrativa (o território “dado”, nos termos de Pecqueur) pode ser entrecortada por diferentes territórios “construídos” segundo os diferentes interesses em jogo e as diversas “identidades territoriais”.

Na mesma direção, a noção de localidade implica também o reconhecimento de uma pluralidade de fronteiras (constitutivas de territórios) que se entrecortam formando núcleos de sociabilidade distintos muitas vezes sem comunicação entre eles apesar de seus atores sociais compartilharem o mesmo espaço físico. Atualmente, as fronteiras são ainda mais flexíveis, contribuindo para isso a facilidade de mobilidade física dos indivíduos que se deslocam por diferentes territórios em um mesmo dia, o que era impossível na geração anterior (os indivíduos se deslocavam de forma mais definitiva: migravam). Hoje, o carro ou as motos no caso dos jovens residentes rurais, e a ampliação da rede viária e dos serviços de transporte em geral (assim como

---

1989).

<sup>3</sup> Ver por exemplo o número especial da publicação *Eisforia* (do Programa de pós-graduação em Agroecossistemas da UFSC) sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável (ano 4, vol. 4, dez. 2006).

dos meios virtuais de comunicação) não apenas propiciam o deslocamento entre territórios distintos, tornando a localidade rural mais complexa, como também, paradoxalmente, favorecem a fixação dos moradores em suas localidades de origem o que, por sua vez, contribui para reforçar os laços de pertencimento através da manutenção de antigas redes de sociabilidade (parentesco, vizinhança, compadrio etc.), em contraposição ao movimento de esvaziamento promovido pelo movimento migratório definitivo.

A recomposição do rural na sociedade contemporânea tem repercussão direta sobre as identidades sociais e as delimitações de fronteiras sociais que supõem a disputa por imagens e bens culturais considerados emblemáticos da localidade. O deslocamento de determinados instrumentos e utensílios, assim como o festejo de tradições resgatadas (valorização de certas práticas e elementos culturais do passado) são mecanismos acionados na elaboração dessas novas identidades, cabendo investigar o papel dos diferentes atores sociais (turistas, neo-rurais, agricultores, agentes de organismos oficiais) nesse processo e, em particular, o lugar da agricultura na construção dessas identidades.

Na medida em que as culturas possam se expressar em diferentes territórios, a partir da comunicação e da mobilidade, é possível falar da expressão de identidades urbanas em espaços tidos como rurais e vice-versa. A reterritorialização de manifestações e símbolos culturais permite pensar a ruralidade (e o território) como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos. Desse modo, o campo ou o “rural” pode ser visto como valor da cultura urbana seja através de expressões culturais urbanas de um modo de ser rural, como a cultura *country*, por exemplo, seja mediante a realização de um ideal urbano de estilo de vida que incorpora visitas periódicas ao campo (turismo ecológico e turismo rural, por exemplo) como uma condição da urbanidade moderna.

Como um processo em constante elaboração e recriação, a cultura é dinâmica e implica comunicação com o “outro”. Nesse sentido, entendemos que a singularidade da ruralidade (e dos territórios) na sociedade contemporânea estaria no fato dos atores e grupos sociais reconhecerem e aceitarem a pluralidade de códigos e de referências simbólicas que é vivenciada em situações mais, ou menos, tensas em diferentes esferas do social, como os espaços de concertação como os conselhos e demais fóruns discussão como os da Agenda 21.

Retomando Sahlins, na sua instigante reflexão sobre as cosmologias do capitalismo, ele argumenta que na continuidade entre sistemas econômicos e culturais promovidos pela globalização existe uma força diferenciadora que é promovida pelos esquemas culturais locais que atuam como mediadores dessa relação. Nesse sentido, ele resgata o papel de sujeito dos povos dominados pela ordem global chamando a atenção para a sua participação na própria história do capitalismo mundial. A diversidade cultural persistiria na esteira da dominação ocidental-capitalista. Se transpusermos essa reflexão para a relação campo-cidade no debate sobre os territórios, social e culturalmente definidos como base para uma idéia de desenvolvimento sustentável, podemos inferir que esses territórios seriam fruto dessa interação cujo resultado não pode ser observado tendo com referência um único padrão de desenvolvimento (mesmo que seja o chamado “desenvolvimento sustentável”). A contribuição de Sahlins, sobre esse tema, está no alerta que ele faz de que o desenvolvimento, assim como o “atraso” que lhe opõe, é culturalmente definido e que a continuidade entre os universos culturais (capitalista e não-capitalista; urbano e rural; tradicional e moderno) não implica a imobilidade ou a ausência de mudança cultural. Ao contrário, vários relatos etnográficos atestam que mudanças culturais se transformaram em “modos de resistência política – em nome da persistência cultural”, o que leva o autor a propor a expressão de “desenvolvimento neotradicional” (2000:450). Os exemplos que citarei em seguida nos sugerem elementos de reflexão nessa direção.

### **Desenvolvimento territorial: retorno ou morte do camponês?**

Uma pesquisa realizada no final dos anos 80 na França e que resultou em minha tese de doutorado pode ser relida hoje e não parecer mais tão estranha e longe da realidade brasileira como era no

momento em que foi realizada, o que suscitou algumas críticas de colegas brasileiros. Ao rever esse texto, datado de 1993, mas sustentado em pesquisa realizada em 88-89, percebo que as questões debatidas em torno da necessidade de um projeto econômico que recuperasse áreas de montanhas, então classificadas como “zonas desfavorecidas”, muito nos sugerem sobre o debate brasileiro atual sobre desenvolvimento territorial. Guardada as devidas diferenças entre as duas realidades, gostaria de me deter um pouco nessa observação do passado. Era a época em que se começava a questionar o modelo de exploração agrícola sustentado no aumento crescente da produtividade e da rentabilidade, principalmente para regiões, como as de montanha, onde tal modelo teria se revelado insuficiente e inadequado. As palavras de ordens giravam em torno da necessidade de formular “projetos econômicos alternativos que tentassem conciliar a modernização com as potencialidades e particularidades das sociedades locais”, mas que também não significassem um resgate da autarquia ou do arcaísmo, como alertava Alphanderry et al. (1989). A diversificação da produção e uma gestão específica para os estabelecimentos agrícolas na montanha começavam a orientar a ação da política pública em relação à montanha e aos pequenos agricultores tidos como “em vias de extinção” pelo projeto modernizador. Introduziu-se assim, a preocupação com as “especificidades territoriais e culturais” e com as restrições impostas pelo tamanho reduzido das unidades de produção, pela geografia e pelo meio ambiente. A noção de “pays” foi, então, resgatada como a base territorial para a ação dos agentes de desenvolvimento e para implantação de políticas regionalizadas. (Peço desculpas aos colegas franceses presentes pela simplificação e pelas possíveis imprecisões).

Combatia-se, assim, o simples abandono das terras que não eram consideradas “viáveis” à agricultura desde a perspectiva produtivista. Tratava-se, portanto, de resolver uma difícil equação em que se deveria, ao mesmo tempo, cuidar do meio ambiente, diminuir a atividade agrícola e frear o movimento de abandono das aldeias por parte de sua população. Uma das possibilidades de solução desse problema, enunciada pelos próprios agricultores e assimilada pelos gestores de políticas públicas na região se sustentava na descoberta de que tradição e modernidade não estavam necessariamente desassociadas e que a meta da modernização não precisaria, necessariamente, romper com as práticas tradicionais. Surgiram então as primeiras formulações de ação sustentada no resgate de formas produtivas chamadas “tradicionais”, mas menos agressivas ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, geradoras de renda se combinada à transformação de produtos e à venda direta ao consumidor, o que seria estimulado pelo turismo, forte na zona de montanha, principalmente no caso dos Alpes franceses.

Nesse contexto, observei uma situação que muito me ensinou e que gostaria de compartilhar com vocês. Um grupo de pequenos agricultores, aqueles considerados “em extinção”, associados a operários de origem agrícola e que compartilhavam de um mesmo território, criou uma associação (a história da criação dessa associação é longa, não vou me deter nela) chamada e registrada legalmente como “Association des Paysans des Sept Laux”, com o objetivo de promover atividades não agrícolas que lhes propiciassem alguma renda complementar (essa proposta foi, obviamente, introduzida por um agente da “vulgarização agrícola”). A fabricação artesanal de suco de maçã foi a atividade que mais mobilizou esse grupo. Cada reunião para sua produção era um verdadeiro evento onde se brincava, se ria muito e se compartilhava de uma refeição fugaz (*casse-croûte*) regada de vinho produzido por eles próprios. Dessas reuniões surgiam novas idéias de outros eventos, jantares festivos, viagens etc...

Dentro da nova orientação para o desenvolvimento local, os técnicos de extensão rural logo perceberam a potencialidade de mercado para esse tipo de produto, mas se deram conta também que o suco produzido não tinha qualidade suficiente para ser comercializado para além do pequeno círculo de vizinhos, visitantes (turistas) e pequenas feiras de produtos locais nas estações de esqui. Tentaram, então, cooptar esses produtores artesanais para um modo de produzir que incorporasse as exigências de uma comercialização em maior escala: rótulos, rolhas e garrafas padronizadas, e outras intervenções no processo de produção para garantir a “qualidade mercantil”. Foi então que, logo após a reunião com os técnicos, ouvi do presidente dessa associação (um camponês típico, daqueles que se auto-definia como “em extinção”) que ele não iria embarcar nessa canoa, pois eles

não estavam ali para se matarem de trabalhar todos os dias de semana, no final de semana inclusive, para ganhar mais algum trocado, ao que concluiu com sabedoria: “para nós, o suco de maçã é mais importante para nossa cabeça do que para nosso bolso”!

Esse exemplo é rico por vários motivos. Primeiro ele nos lembra que os problemas do mundo não se resolvem apenas com “boas intenções” sobretudo quando elas estão assentadas em “verdades” que não são compartilhadas pelo conjunto dos atores sociais envolvidos. Em segundo lugar, ele nos revela que o que está em jogo são projetos/noções de desenvolvimento diferenciados cujo objetivo final proposto pela instituição informada pelo pensamento hegemônico não é compartilhado pelo grupo social que desenvolve a ação. O que é “desenvolvimento” para um não é para o outro. O desafio, portanto, estaria em pensar instrumentos que pudessem tornar possível a comunicação entre esses grupos de maneira a contemplar o objetivo do “desenvolvimento” de quem se pretende “desenvolver”, sem destruir modos de vida impondo valores e formas de agir que são próprios de nosso universo cultural.

Nesse ponto esbarramos com um dos principais problemas que vejo na proposta do “desenvolvimento territorial”: como contemplar a diversidade dos interesses envolvidos? Diversidade essa definida não apenas a partir da contribuição que cada tipo de ator social possa desempenhar na dinâmica territorial, mas principalmente a partir do lugar que eles ocupam nas relações de poder que estão implícitas na formulação de qualquer projeto de intervenção pautado seja em políticas públicas seja em iniciativas da sociedade civil. Talvez encontra-se aí o principal empecilho de realização de projetos coletivos de desenvolvimento que vislumbrem a participação de uma variedade de atores sociais provenientes de diferentes posições nas estruturas de poder e econômicas. Como combinar os interesses, em geral divergentes, e como possibilitar leituras não excludentes desses interesses em função de uma visão unificadora de desenvolvimento baseada em valores tidos como universais?

Se pensarmos nos termos do território como fruto de uma criação coletiva percebemos que as instituições informais, nos termos de Abdelmalki et al, 1996 (citado por Carrière e Cazela, 2006) entendidas como “costumes e representações coletivas” foram muito mais eficientes na organização e implementação de uma ação social voltada para a melhoria da qualidade de vida de seus sujeitos sociais. Objetivos esses que não se reduzem ao aumento do poder aquisitivo ou da renda monetária. Já a instituição formal não conseguiu cumprir sua missão de “corrigir ou superar a insuficiência das instituições informais em organizar o sistema econômico” (Abdelmalki et al, 1996) porque não foi capaz de perceber que o sentido daquela ação social não estava no produto final que dela resultava – o suco de maçã - mas no conjunto de trocas de bens imateriais que eram promovidas a partir da atividade produtiva e que sustentava um tecido social densamente constituído. Ainda que motivados em promover projetos alternativos de desenvolvimento para esse segmento da população rural, a instituição formal não foi capaz de romper com a visão mercado-cêntrica quando tentou estimular a iniciativa local integrando a produção artesanal do suco de maçã ao mercado. Percebemos que, apesar da intenção de criar um modelo alternativo de desenvolvimento local (era esse o termo da época), o mercado permaneceu como meta principal – única instituição realizadora dos objetivos almejados, o que pode ser visto como uma ação, involuntária, de dominação da lógica capitalista de desenvolvimento. Nas palavras de Sahlins, “reduzir as propriedades sociais a valores de mercado é exatamente o que permite ao capitalismo dominar a ordem cultural” (2006:452). A instituição formal acabou interrompendo essa dinâmica social (e territorial) ao cortar a ajuda que era concedida a essa Associação e que viabilizava a produção do suco de maçã com base na avaliação de que tal atividade não se justificava economicamente.

Continuando nossa historinha, anos mais tarde retornei a mesma aldeia e fiquei sabendo que outra atividade implementada pela mesma Associação também teria sido reprimida levando à desmobilização da Associação. Desta vez, tratava-se da organização de festas (de casamento, segundo me contou o mesmo presidente) a pedido de “gente da cidade”, parisienses, que iam à busca do exótico encontrado na “tradição camponesa”. Nesse caso, a interrupção das atividades foi devida ao fato de que a Associação não era registrada como “promotora de festa”, não sendo, portanto, autorizada a receber remuneração para exercer essa atividade.

Outro exemplo, destas vez observado na região serrana do Rio de Janeiro, nos traz elementos para refletirmos sobre a relação entre agricultura familiar e preservação da biodiversidade, o que nos remete à discussão sobre a sustentabilidade ambiental.

A criação de áreas de proteção ambiental tem sido um dos principais instrumentos do governo para conservação da biodiversidade. Embora acompanhada de novos instrumentos que prevêm a participação local e novas ideologias que buscam aliar a conservação da biodiversidade à preservação da cultura nativa e ao desenvolvimento territorial sustentável, esse modelo raramente dá conta de incorporar as diferentes representações sobre a “natureza”, desconsiderando, na maioria das vezes, os saberes e formas de uso do espaço territorializado pela população nativa. Na maior parte das vezes isto gera ou reforça conflitos lidos, agora, através da lente ambiental. É o que acontece na região da APA Macaé de Cima, no município de Nova Friburgo. Agricultores aí estabelecidos há quase 200 anos são, agora, impedidos de reproduzirem sua forma de produzir baseada na agricultura itinerante que prevê o rodízio das áreas plantadas como forma de recuperar a fertilidade do solo. Deixada em “pousio” pelo período que varia de três a sete anos a área é recuperada para agricultura através da derrubada do mato e a queima dos galhos menores. Essa prática é severamente reprimida pelos organismos de fiscalização ambiental sob o argumento de que seria uma agressão à biodiversidade principalmente em se tratando de uma área eleita como de recuperação da Mata Atlântica<sup>4</sup>. Em decorrência, os agricultores são levados ou abandonar a atividade agrícola e migrar para outras atividades não-agrícolas no campo ou na cidade, ou a mudar o sistema de produção incorporando práticas mais agressivas ao solo e aos mananciais com o uso intenso de fertilizantes e demais insumos químicos.

Interessante observar que, apesar da existência de vários estudos que comprovam a eficácia da agricultura itinerante no ambiente de montanha, os órgãos de controle ambiental e de assistência técnica não demonstram ter acesso a esse tipo de conhecimento e, além disso, negam veemente, quase como uma profissão de fé, a possibilidade da adequação da técnica de pousio à manutenção da biodiversidade, o que tem estimulado o conflito com agricultores e, até mesmo, com pesquisadores.

Além disso, é fato que os principais defensores da conservação ambiental e da repressão à atividade agrícola são os “sitiantes”, de origem urbana, que vislumbram desfrutar do mito da natureza intocada. Apesar de a agricultura ser exercida há quase duzentos anos nessa região esses mesmos sitiantes declaram que ela não é mais adequada a esse meio considerando o aumento da população. Contrários a esse argumento a população nativa reage de uma maneira bastante interessante produzindo um discurso, inexistente até então, em defesa da prática da agricultura como um elemento de identidade e de pertencimento à localidade, recorrendo para isso à valorização da agricultura como parte de uma “tradição”, revalorizando assim o que até então era motivo de vergonha e de desvalorização pessoal. A resistência dos agricultores a esse tipo de expropriação de seu território se dá por meio de duas reações. Uma delas consiste em incorporar o discurso preservacionista trazendo para si e para seus antepassados a responsabilidade pela “preservação” das matas que existem ainda hoje. Em um processo próximo ao que Sahlins chama de indigenização, esses agricultores se apropriam das imposições externas – o discurso e as novas restrições ambientais informadas por outra lógica de relação sociedade e natureza – atribuindo um novo significado às suas práticas tradicionais ampliando e complexificando a sua percepção originária sobre essa relação. Nessa direção, devolvem para os ambientalistas a mesma acusação que recebem deles responsabilizando-os pela degradação ambiental da cidade e elaboram um discurso ambientalista próprio no qual a agricultura e o homem são partes integrante da natureza. Essa reação resultou também em uma, e única, experiência de organização coletiva dos “atingidos pela APA” sob a forma de um “movimento” intitulado “União Famílias da Terra”. Esse movimento,

---

<sup>4</sup> A Lei que estabelece a área de cobertura da Mata Atlântica e a elege como patrimônio natural a ser recuperado e protegido foi assinada pelo presidente da República em dezembro de 2006, mas antes disso um Decreto-lei (750) datado de 1993 já estabelecia limites ao uso de terras situadas nesse perímetro. Além disso, outras leis de âmbito estadual e federal já tornavam essa área sujeita a um controle específico que incide diretamente sobre a repressão à agricultura.

liderado por um ex-agricultor, mas que tem “cara da terra”, que hoje vive de aluguel de casas a turistas e por dois moradores que vieram “de fora” e que teriam interesses imobiliários na região.

Outra reação, no sentido oposto, é provocar incêndios, tidos como “acidentais” e de responsabilidade desconhecida, que destroem até mesmo pequenas plantações, como um instrumento de garantia do direito sobre a propriedade, já que ao deixarem a mata crescer temem perder o direito de uso sobre ela. Essa reação coloca em cena uma questão bastante complexa que é a relação entre a implementação de restrições de uso do solo visando a preservação da biodiversidade, os direitos de propriedade e a justiça social, tema sobre o qual não me deterei aqui.

Esse exemplo nos chama a atenção para a dificuldade de traçar fronteiras entre os diferentes grupos envolvidos nesse embate, não sendo possível identificar apenas dois grupos de interesses: os contra e os ao controle ambiental. Como se trata de uma região onde os agricultores se mantêm, em grande parte, graças ao recurso a estratégias pluriativas resultantes da combinação com atividades relacionadas ao turismo, a permanência da agricultura não seria possível sem o turismo e vice-versa, o que é de conhecimento dos próprios agricultores. Mas, contraditoriamente, são justamente os turistas e demais pessoas “de fora” os que se colocam de maneira mais radical na defesa do meio ambiente e na rejeição da agricultura o que ocorre, sobretudo, através de denúncias aos órgãos de controle ambiental, dos desmatamentos e queimadas. Por outro lado, entre os “de fora” – os sitiante e especuladores imobiliários – distinguem-se posições divergentes: os primeiros defendem a preservação ambiental enquanto os outros se aliam aos agricultores contra as medidas restritivas às atividades antrópicas na região vislumbrando o direito ao loteamento das terras visando a venda para pessoas da cidade em busca do “contato da natureza”. Por outro lado, os sitiante derrubam a mata em torno de suas casas para plantar grama até a beira dos rios, o que é proibido pela legislação em vigor, mas não há notícias de sanções que tenham chegado até eles. Nesse contexto, fica difícil estabelecer clivagens rígidas com base nos interesses e (nas práticas) dos atores sociais envolvidas já que tais interesses se cruzam e se opõem em momentos e contextos distintos. A complexidade dessa situação nos leva a indagar sobre o sentido da palavra sustentabilidade.

### **Sustentabilidade e representações sociais da natureza.**

É grande o debate em torno da tentativa de clarificar a noção de sustentabilidade. A definição de desenvolvimento sustentável dada pela Comissão de Brundtland (1987) levanta duas grandes questões (Redclift:2006). Uma delas está relacionada à necessidade de se esclarecer que sustentabilidade é definida culturalmente. O que é sustentável para quem sociedade e para qual grupo social? Como ilustramos no exemplo citado acima, o que seria sustentabilidade para os “sitiante” e “turistas” informados e apoiados pelo pensamento hegemônico concretizado na ação dos organismos de controle ambiental, resultaria na insustentabilidade da população nativa e de seu modo de vida. A outra questão se refere à própria evolução histórica da sociedade: qual a nossa capacidade de prever as necessidades das sociedades do futuro de maneira a justificar a tomada de determinados procedimentos hoje visando garantir a satisfação dessas necessidades. No entanto, a dimensão dessas questões está além do alcance dessa apresentação. Ficarei restrita a algumas reflexões sobre a construção da noção de sustentabilidade na dimensão do seu uso político no contexto em que foi possível observar em minhas pesquisas.

Sabemos que a noção de sustentabilidade presente nos discursos recentes da política pública é genérica o bastante para abrigar múltiplos conteúdos de idealização do mundo que, de maneira mais ou menos objetiva, introduz críticas aos padrões hegemônicos de legitimação das técnicas e práticas, sobretudo as relacionadas à agricultura. A maneira e a força de objetivação dessa idéia dependerão, sem dúvida, do contexto social: dos interesses e do peso político de seus formuladores. O exemplo citado acima reforça a idéia de que sustentabilidade é uma categoria que expressa a existência de um campo de disputas (Moreira, 1999) por formas de acesso e de apropriação dos recursos materiais (“naturais” ou não). Mas, como já chamou atenção Acsegrad, para além da luta por legitimidade de alternativas técnicas e de padrões de eficiência econômica, “a noção de sustentabilidade pode trazer para a agenda pública também sentidos extra-econômicos que acionam

categorias como justiça, democratização e diversidade cultural” (Acsehrad, 2004:16) e, acrescentaríamos outras tais como “participação” e “cidadania”.

Entendo que a palavra “sustentabilidade” pode ser entendida como uma expressão da transversalidade da “grande política” na sua prática cotidiana, manifesta tanto em espaços institucionais como por exemplo no âmbito dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Nesse contexto, é uma palavra que assume o poder de legitimação de discursos de variados atores sociais quando se trata do tema da agricultura familiar e principalmente na árdua busca por recursos e projetos em prol do “desenvolvimento rural”. Ao valerem-se da categoria sustentável e de suas variantes, os atores sociais agregam valor social e político as suas demandas tornando-as mais legítimas, contribuindo assim para a consolidação de seus interesses e para a compreensão de suas práticas. Nesse sentido, sustentabilidade passa a ser uma categoria que abriga representações sobre o meio ambiente, mas com forte conteúdo político. Intermediando uma rede de relações sociais que se estendem para além dos espaços de concertação política, legitima práticas e discursos que estão inseridos em princípios de relações fundados em trocas e afinidades.

Em termos conceituais é difícil separar as definições de *sustentabilidade* de uma proposta de intervenção com base no que se entende sobre os caminhos a serem seguidos para resolver a equação entre satisfação das necessidades humanas, bem estar social e preservação dos “recursos naturais”, o que se dá dentro de um campo de disputas sobre os conteúdos ideológicos implícitos nessa noção. Trata-se de uma disputa paradigmática na qual a sustentabilidade aparece como uma idéia-força (Bourdieu, 2004) que sintetiza as críticas (e inúmeras alternativas) ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Seria então sustentabilidade apenas uma palavra?

A agricultura é um dos focos privilegiados dessas visões críticas o que fez com que a idéia de “desenvolvimento rural sustentável” muitas vezes ficasse limitada à discussão sobre práticas e sistemas agrícolas que resolvam as necessidades de produtividade (isso também não é um consenso) causando o mínimo de impactos ambientais. A dualidade entre agricultura convencional e “agricultura sustentável” (muitas vezes tidas como sinônimo de agroecologia ou de agricultura orgânica) concentra as atenções permeando o debate político e acadêmico. Como se trata de uma disputa com importantes desdobramentos na condução da política econômica, uma tentativa de solucionar parcialmente o impasse consiste na reificação dessa dualidade em vários campos, sobretudo no político, ao se associar *alta produtividade, mercado, agricultura convencional, organização empresarial* de um lado e *baixa produtividade, auto-consumo, agricultura sustentável e organização familiar* de outro.

*Sustentabilidade*, dentro dessa abordagem dualista, é entendida como uma responsabilidade e como uma possibilidade da forma de agricultura familiar que, por ser praticada em pequena escala, corre menor risco de perdas em decorrência da utilização de tecnologias alternativas. Destaca-se também sua potencialidade em realizar uma integração “mais harmoniosa” com o meio ambiente devido às características do trabalho familiar, de menor escala. Algumas abordagens vão até mesmo enfatizar a adequação do trabalho da mulher no que se refere às práticas agrícolas alternativas devido a sua capacidade de um manejo “mais cuidadoso” da “natureza”.<sup>5</sup>

Associada à oposição entre agricultura convencional e agricultura sustentável, que no Brasil tem raízes na concepção dualista da política agrícola que acabou resultando na separação entre Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, encontra-se uma outra polarização no interior mesmo do debate sobre o desenvolvimento sustentável. De um lado, a valorização excessiva, às vezes exclusiva, da perspectiva econômica na análise da sociedade e das questões ambientais (incorporando a natureza à cadeia de produção), de outro, uma perspectiva alternativa que pretende romper com a hegemonia do discurso econômico propondo uma abordagem holística que integre os aspectos econômicos, sociais e ambientais (Almeida, 1998).

---

<sup>5</sup> Sobre a relação entre natureza e mulher na justificativa da adoção de técnicas agrícolas alternativas ver Fiúza, 2001.



### **Considerações finais: o sentido da multifuncionalidade da agricultura familiar**

Os argumentos que levantamos até aqui apontam para a necessidade de se levar em conta que o papel da agricultura para as famílias rurais vai muito além da produção para o mercado, justamente porque ela está inserida em um modo de vida. Temos de considerar as motivações culturais e sociais para a manutenção da atividade agrícola, tais como a manutenção de uma identidade social, a de um patrimônio familiar, de redes de solidariedade, de sociabilidade, enfim, de um modo de vida. Destaca-se também o papel fundamental da agricultura como fornecedora de alimentos para consumo dos próprios produtores. Como foi revelado em pesquisas anteriores, mesmo as famílias que não se consideram agricultores porque não produzem para o mercado, mantêm uma pequena roça de alimentos que lhes permite também integrar uma rede de troca entre vizinhos ampliando assim a diversidade da composição de sua dieta alimentar e garantir, justamente através dessa rede de trocas a satisfação de suas necessidades alimentares. Argumenta-se também que essas funções, normalmente presentes na agricultura familiar, teriam sido prejudicadas pelas formas de produção excessivamente dependentes do mercado responsáveis pela desativação da roça de alimentos e, conseqüente, pelo empobrecimento do circuito de trocas não-mercantis.

Outro aspecto de importância já bastante comprovada, se refere à participação da agricultura familiar na manutenção da biodiversidade. Guardadas as devidas diferenças de meio e de cultura, é bom lembrar que pesquisas arqueológicas na Amazônia mostraram que no mínimo 12% de toda a terra firme (Balée, 1989, apud Viveiros de Castro, 2002) possuem solos fertilizados pela ocupação pré-histórica intensa e prolongada. Atualmente, populações locais se beneficiam desses solos por sua alta fertilidade e pelas associações vegetais de extrema importância para a economia indígena. Viveiros de Castro chega a inferir, com base nessas pesquisas, que “boa porção da cobertura vegetal da Amazônia é resultado de milênios da manipulação humana” (2002:326). Estudos de vários pesquisadores nessa direção são importantes para desconstruir o mito da natureza intocada que ainda move boa parte da mente dos formuladores das políticas de preservação ambiental e de técnicos de extensão rural. Tais estudos revelam que até mesmo a floresta que ocupa o principal lugar no nosso imaginário como símbolo da natureza em seu estado “puro” – a Amazônica – é, segundo esses estudos, “parte e resultado de uma longa história cultural” (idem, 326). Essas informações são importantes para consubstanciar ações voltadas para a agricultura familiar sob o olhar da multifuncionalidade.

Como instrumento analítico, a abordagem da multifuncionalidade da agricultura dá legitimidade à percepção do agricultor como um ser social que tem várias inserções na sociedade tendo a especificidade de fazer de sua profissão um modo de vida que atravessa vários domínios do universo social, aproximando-se assim do conceito de camponês já tão conhecido na literatura antropológica. Rompe-se, assim, com a hegemonia da percepção do agricultor como um ser cujas atitudes seriam sempre movidas por uma racionalidade econômica. Essa abordagem torna visível a contribuição não diretamente produtiva de agricultores, independente de seu estatuto como produtor. Com isso justifica-se a remuneração, sob diversas formas, dos serviços prestados à sociedade, mas consumidos como se fosse um bem “natural”. As atividades reconhecidas pela abordagem da multifuncionalidade da agricultura se constituem em produtos (ou serviços) para a sociedade e como tal devem ser remuneradas.

Em um país onde é grande o número de residentes no meio rural que não tem condições, por diferentes motivos, de desenvolver uma agricultura comercialmente competitiva, nem de viver somente da atividade agrícola, a noção de multifuncionalidade permite reconhecer, estimular e valorizar formas de inserção social dessa população resgatando-lhe também um sentido de cidadania.

### **Referências bibliográficas:**

Abdelmalki et al. *Technologie et territoires: le territoire comme création collective et ressource institutionnelle*. In B. Pecqueur (ed) **Dynamiques territoriales et mutations économiques**. Paris: L'Harmattan, 1996: 117-194. Citado por J-P. Carrière et A. Cazella, 2006.

- Almeida, Jalcione. *Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável*. In J. Almeida e Z. Navarro (orgs), **Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1998.
- Acserald, H. *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. In H. Acserald (org.), **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- Balée, William. *The culture of Amazonian forests*. In D. Posey & W. Balée (orgs). **Resource management in amazonia: indigenous and folk strategies. Advances in Economic Botany**, 7: 1-21, 1989.
- Bourdieu, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político". In. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 7ª ed.
- Carrière, Jean Paul e Cazella, A. Ademir. – *Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial*. **Eisforia**, ano 4, vol. 4. dez.2006:23-48.
- De Paula, S. *Quando o campo se torna uma experiência urbana*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 17. Out. 2001.
- Haesbaert, Rogerio. **O Mito da Desterritorialização**. R.J. Bertrand Brasil, 2004.
- Moreira, R. J. *Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista*. In.: L.F.C. Costa, R. J. Moreira e R. Bruno. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad 1999.:239-265
- Raffestin, Claude – *Écogénèse territoriale et territorialité* In: F. Auriac. & R. Brunet, **Espaces, jeux et enjeux**, S.L. Fondation Diderot/Fayard, 1986
- Redclift, Michael *Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age*. **Horiz. antropol.**, June 2006, vol.12, no.25, p.65-84.
- Rémy, Jean. "Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux". *Recherches Sociologiques*, Vol. XX, n. 3, 1989
- Sahlins, Marshall. *O Pessimismo Ocidental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção* (Parte II). **Mana** 3 (2), 1997
- \_\_\_\_\_. *Cosmologias do Capitalismo Ocidental*. In M. Sahlins, **Cultura da Prática**, R.J. Editora da UFRJ, 2006.
- Viveiros de Castro. **A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. S.P. Cosac & Naify, 2002